

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

## **A Política Econômica e as Primeiras Medidas de Intervenção nos preços do Mercado Cafeeiro Brasileiro**

César Mariozzi Tavares de Castro

Matrícula nº. 107326466

[cesarmariozzi@gmail.com](mailto:cesarmariozzi@gmail.com)

ORIENTADOR: Prof.º Almir Pita Freitas Filho

[almir@ie.ufrj.br](mailto:almir@ie.ufrj.br)

MARÇO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

## **A Política Econômica e as Primeiras Medidas de Intervenção nos preços do Mercado Cafeeiro Brasileiro**

---

César Mariozzi Tavares de Castro

Matrícula nº. 107326466

[cesarmariozzi@gmail.com](mailto:cesarmariozzi@gmail.com)

ORIENTADOR: Prof.º Almir Pita Freitas Filho

[almir@ie.ufrj.br](mailto:almir@ie.ufrj.br)

MARÇO 2014

*As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.*

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico este trabalho, sobretudo a minha mãe e irmãos, por participarem de todos os momentos relevantes da minha vida e por terem me apoiado sempre que precisei.

Agradeço aos meus familiares e amigos por fazerem parte integrante da minha formação como pessoa. Em especial, ao meu avó Paulo, por uma vida exemplar de dedicação ao próximo.

Por fim, agradeço ao meu orientador prof. Almir Pita por toda atenção, e paciência, prestada na elaboração deste trabalho.

# ÍNDICE

<b>RESUMO.....</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo I. A Economia Cafeeira Brasileira da República Oligárquica até a Primeira Década do Século XX .....</b>	<b>10</b>
I.1 Contextualização Histórica.....	10
I.2 A Economia Cafeeira Brasileira.....	12
I.3 O Ambiente Econômico precedente ao Convênio de Taubaté .....	15
<b>Capítulo II. A Crise de Superprodução de 1906 e as Políticas Interventivas no Mercado Cafeeiro .....</b>	<b>19</b>
II.1 A Superprodução de 1906 e os antecedentes a Intervenção do Governo Paulista.....	19
II.2 O Convênio de Taubaté.....	22
II.3 A Caixa de Conversão.....	24
II.4 O Plano Sielcken - A Política de Valorização nas Mãos do Capital Financeiro Estrangeiro .....	25
<b>Capítulo III – Críticas a Primeira Política de Valorização dos Preços do Café .....</b>	<b>31</b>
III.1 Pioneiros da Historiografia Econômica (Caio Prado Jr. e Celso Furtado) .....	31
III.2 Brazilianista (Thomas Holloway) .....	35
III.3 Delfim Netto .....	37
<b>Conclusão .....</b>	<b>40</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>42</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>44</b>

## RESUMO

Durante o período da economia brasileira conhecido como República Oligárquica, o café era o principal produto da pauta de exportações brasileira e o maior gerador de renda. Na virada do século XIX para o século XX, o Brasil passou por inúmeras transformações socioeconômicas que foram pano de fundo para a expansão da cultura cafeeira e ascensão social da Alta Oligarquia representativa deste setor. A produção deste gênero cresceu de tal maneira, que no início do Século XX quase levou o país a uma grave crise econômica. Diante deste cenário, o trabalho visa analisar as primeiras medidas de intervenção nos preços do mercado cafeeiro brasileiro, discutidas no conhecido Convênio de Taubaté. Serão abordados os antecedentes históricos que levaram à superprodução de 1906, a intervenção no mercado cafeeiro após o referido “Convênio” e seus reflexos na economia. Por fim, foram escolhidos alguns importantes autores com diferentes opiniões sobre este acontecimento visando elucidar os principais pontos desta rica discussão.

**Palavras-chave:** Café, Convênio de Taubaté, República Oligárquica, Brasil.

## ABSTRACT

During the Oligarchic Republic period in Brazil, coffee was considered the main product of Brazilian exports and the biggest income generator. At the turning of the century, the 19th to the 20th centuries, Brazil faced many socioeconomic transformations which were the background to the expansion of the coffee culture and the social ascent of the high oligarchy elite that represents this sector. At the beginning of the 20th century, the production of coffee increased a lot and Brazil almost faced a severe economic crisis. In this scenario, this study pretends to analyze the first intervention in the prices of the Brazilian coffee market, as discussed in the Taubaté Convention (*Convênio de Taubaté*). The historical background that led to the overproduction of 1906 will be covered, the intervention in the coffee market after the *Convênio de Taubaté* and its effects on the economy. Finally, some important authors with different opinions about this event were chosen to elucidate the main points of this rich discussion.

**Key-words:** Coffee, *Convênio de Taubaté*, Oligarchic Republic, Brazil.

## **LISTA DE ANEXOS**

### **LISTA DE FIGURAS**

Figura I – Evolução das Ferrovias, 1854-1914.....	44
---	----

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico I –. Brasil: Taxa de câmbio (1821-1913).....	45
--	----

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela I – Evolução das Ferrovias, 1854-1914.....	44
Tabela II – Brasil: Principais Produtos de Exportação (1821-1913).....	45
Tabela III – Brasil: Produção, Estoques e Preço do Café: 1989-1913.....	46
Tabela IV – Principais receitas arrecadadas pela União - 1908-1914.....	47



## **Introdução**

Entendemos que analisar a formação econômica brasileira é fundamental para compreender o contexto socioeconômico atual. Partindo desse ponto, e reconhecendo a importância da monografia como forma de síntese dos conhecimentos adquiridos durante os anos de estudo, o presente tema é de extrema importância, pois abarca a complexidade da economia brasileira e, ao mesmo tempo, explica parte da história vindoura. Neste sentido, o ciclo econômico do café, por marcar o fim de um modelo de acumulação, apresentou contradições e crises que, nas suas tentativas de superação, marcaram de forma profunda a economia brasileira.

Como estrutura metodológica, MALTA (2011) apresenta as controvérsias como elemento fundamental da historiografia do pensamento econômico. Salienta que não é a continuidade, mas a ruptura crítica como o elemento mais rico da análise. Tais controvérsias são, por sua vez, a representação das próprias contradições sociais. Os momentos de crise, no caso particular da crise do café, mostram-se extremamente fecundos do ponto de vista do debate econômico. Sob este enfoque, escolhemos o Convênio de Taubaté como ponto de partida desse estudo.

Entendemos que o Convênio de Taubaté pode ser dividido analiticamente, tendo em vista a sua estrutura, isto é, sua forma inicial e a efetivamente implementada. Primeiramente, houve uma reunião entre os principais estados produtores, tendo São Paulo à frente dos demais, junto ao Governo Federal, visando uma solução da crise cafeeira. Esse é o Convênio de Taubaté propriamente dito. A política que se seguiu, apesar de manter a intenção do Convênio, não lhe foi totalmente fiel nos princípios. A comparação entre a ideia original e a posta em prática, explicita as contradições do período e os limites impostos pela conjectura. Limites estes que já apontam para o esgotamento do padrão de acumulação, agroexportador, e da sua representatividade superestrutural, a República Oligárquica.

Objetivando compreender a riqueza do debate, buscamos contemplar com diferentes autores os pontos de vista sobre a questão. Dessa maneira, a pesquisa girou em torno de alguns questionamentos que deram norte ao trabalho, tais como: (i) Quais foram as consequências das políticas do Convênio de Taubaté?; (ii) Os objetivos iniciais do Convênio foram atingidos?; e (iii) O Convênio de Taubaté foi positivo para o Brasil, pensando em sua totalidade? Os diferentes enfoques privilegiados por cada um dos autores nos ajudará a compreender esse

contexto multifacetado. Mais uma vez, na controvérsia, o foco será a busca de uma síntese para compreendermos a questão.

Para explorar o presente tema, o trabalho foi dividido em três capítulos, além deste introdutório e o capítulo conclusivo.

O primeiro capítulo destina-se aos antecedentes da crise do café e está subdividido em três partes. Na primeira parte, apresentamos o contexto histórico do café em sua marcha para o planalto paulista. Na segunda buscamos apresentar os elementos da economia política cafeeira. Neste capítulo, analisamos como a técnica empregada se relaciona com o capital, a força de trabalho e a propriedade da terra. Já na terceira parte, buscamos entender o contexto macroeconômico brasileiro na virada do século XX, a sua instabilidade e a importância do café neste cenário.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta o contexto de crise do café e as soluções propostas e está subdividido em quatro partes. Primeiramente, abordamos os antecedentes da superprodução de 1906, levando em conta tanto os aspectos econômicos quanto o posicionamento ideológico e retórico a favor de uma política ativa. Em seguida, explanamos as propostas tiradas do Convênio de Taubaté e por que não foram efetivamente realizadas. Sob este panorama, seguindo para a política econômica, analisamos também a caixa de conversão e o plano de valorização arquitetado por Sielcken, respectivamente nas últimas partes do capítulo, isto é, terceira e quarta.

Por fim, no terceiro capítulo buscamos sintetizar as diversas visões e enfoques de cada pensador sobre o mencionado período. Dessa maneira, partindo das análises pioneiras de Caio Prado e Celso Furtado, passando pelo brasilianistas Holloway e chegando em Delfim Netto, apresentaremos como os autores se posicionam e criticam o modelo brasileiro de valorização do café.

## **Capítulo I. A Economia Cafeeira Brasileira da República Oligárquica até a Primeira Década do Século XX**

O capítulo inicial deste trabalho monográfico tem como intuito apresentar as principais características da cultura cafeeira brasileira, buscando relacioná-las com a economia política. Além disso, é feito um breve panorama político-econômico do final do século XIX e início do século XX visando situar o período de instabilidade e dependência ao capital estrangeiro no qual a produção cafeeira da República Oligárquica se expandiu.

### **I.1 Contextualização Histórica**

A história do cultivo do café na Brasil é antiga, remetendo-se à meados do século XVIII, e apresentou diversas formas de produção. Num primeiro momento, nos arredores da capital do país, era uma cultura de pequenas propriedades, basicamente familiar contando, eventualmente, com a força de trabalho de alguns escravos (FURTADO, 2000).

Ao alvorecer do século XIX, novos contornos à produção cafeeira são definidos. A produção, já concentrada em grandes unidades, encontra-se principalmente no Vale do Paraíba. A força de trabalho era majoritariamente escrava e estes, sendo propriedade do fazendeiro, consistiam em grande parte do valor da fazenda, sendo a outra parte desse valor relacionada aos pés de café. A terra era relativamente abundante e barata. A grande escala da produção, somada ao longo período de realização do investimento, exigiram novas formas de organização da produção. Surge, neste momento, a figura do comissário, responsável pela intermediação entre o grande fazendeiro e o capital mercantil, garantindo os adiantamentos para a produção (FURTADO, 2000).

Além disso, as técnicas produtivas no Vale do Paraíba eram pouco avançadas. Não havia preocupações em manter a qualidade do solo, como já mencionado, relativamente abundante. Objetivava-se, assim, extrair o máximo possível com os menores gastos. Dessa maneira, a lógica predatória tornava o centro da produção itinerante: quando a produção atingia o seu ápice, geralmente após dez anos, e começava a declinar e se expandia para uma nova fronteira (CASTRO, 1971).

A grande expansão da produção cafeeira só pode ser compreendida tendo em mente o panorama internacional. A Revolução Industrial, além de trazer novas técnicas produtivas, também mudou profundamente a vida da sociedade nos países centrais. A radical mudança era espelhada no padrão de consumo e o café, uma bebida estimulante, que passava a figurar como

um bem de consumo fundamental para essa nova realidade, inclusive, para as longas jornadas de trabalho. Dessa maneira, a crescente demanda internacional permitiu o avanço da cafeicultura no Brasil.

A marcha do café em direção ao oeste do Vale do Paraíba estimulou, e por sua vez foi estimulada, pelos caminhos da Estrada de Ferro Central do Brasil. A ligação com São Paulo foi completada em 1877 e permitiu a continuação do avanço para o leste paulista. Neste processo, novas formas de produção vão sendo paulatinamente adotadas. A maior fertilidade da terra, cafezais mais novos, topografia e clima favorável e principalmente técnicas de cultivo mais avançadas – como o plantio em curva de nível para se evitar a erosão – conferiram às lavouras paulistas ganhos de produtividade que garantiram o contínuo aumento da oferta e retornos crescentes (SILVA, 1976).

A proibição do tráfico de escravos com a Lei Eusébio de Queirós de 1850 trouxe consequências imediatas à produção cafeeira. Entre 1820 e 1840, os preços dos escravos estavam entre 250 a 400 mil réis. Com o fim do tráfico, esses preços chegaram a oscilar entre 700 mil e um conto de réis. Já em 1876, os preços alcançaram 3 contos de réis por escravo em média (CANO, 1984). Por um lado, a tradicional cultural fluminense escravista, é abalada pelo encarecimento de seu principal fator de produção e fonte do valor do seu negócio. Por outro lado, ao encarecer o escravo, os novos fazendeiros da fronteira de produção viram-se obrigados a experimentar novas relações sociais na produção. Neste momento, o trabalho assalariado, marginal até então, ganhou importância na nascente produção paulista.

A rapidez da expansão cafeeira paulista logo viu-se ameaçada pela possível escassez de força de trabalho. Sendo assim, a solução encontrada foi a imigração subvencionada, programa do Estado de São Paulo que financiava os custos de transporte dos trabalhadores estrangeiros. Ademais, apesar da afirmação da ausência da participação do Estado na ordem econômica, os financiamentos públicos foram os meios que estimularam a ida dos imigrantes para as lavouras paulistas (CANO, 1984; SAES, 1993).

Ainda sob este panorama, o declínio da produção cafeeira fluminense e a ascensão da cafeicultura paulista, deslocando o centro dinâmico da economia em direção à capital de São Paulo, fundada em um novo modo de produção, expõe a contradição entre o poder político e o poder econômico encontrado no país da época, sendo aquele ainda situado no Rio de Janeiro. O ápice deste conflito foi a abolição da escravatura em 1888. Do ponto de vista institucional, marca o fim do modo de produção dominante até então e abre espaço para um novo modo,

tipicamente capitalista, baseado na força de trabalho assalariada. O desfecho deste conflito deu-se no ano seguinte, 1889, com a queda da monarquia e a instauração do regime republicano. Marcando ainda mais a alteridade com o momento político anterior, fortemente centralizado, o federalismo garantiu à oligarquia paulista uma maior independência em relação à capital. Naturalmente, por dominar o estado com maior peso econômico, a elite paulista logo assumiria tanto o poder local quanto nacional. Isso, como veremos adiante, não eliminará os conflitos entre a cafeicultura paulista e a capital da república (TOPIK, 1987)

## **I.2 A Economia Cafeeira Brasileira**

A muda de café, depois de plantada, leva de quatro a seis anos para dar seus primeiros frutos. A planta mostrou-se mais adaptada às regiões serranas, de clima mais ameno, sendo o Vale do Paraíba e o planalto paulista regiões propícias para o seu plantio. Em São Paulo, especificamente, a conhecida terra roxa, rica em ferro e potassa, onde havia a regularidade nas chuvas e a baixa frequência de geadas garantiam as boas condições para o seu cultivo (HOLLOWAY, 1978).

Note que um elemento de incerteza típico da cultura cafeeira é a grande variação da produção entre as safras. Dependendo das condições climáticas, enormes ou pequenas safras podem ocorrer. Nesses períodos a planta era “exausta” e, em geral, as próximas safras se mostravam modestas. Essa periodicidade permitia que a grande produção, uma vez tratada e secada, pudesse ser estocada e vendida nos anos seguintes, de baixa produção.

A técnica envolvida na produção, comparada à outras culturas como a açucareira, era relativamente simples, apesar de exigir grande quantidade de força de trabalho.

"A colheita de café é uma operação manual trabalhosa, acompanhada da catação dos grãos que caíam no solo e da separação de folhas e gravetos por peneiragem. Seguem-se operações de secagem, feitas num terreiro com piso de pedra, e posterior extração das amêndoas. O cafezal formado exige, para manter a produtividade, pelo menos três capinas anuais e a retirada de galhos secos e de mato no pé de café". (LESSA, 2000, p. 106).

Essa enorme necessidade de trabalho era suprida, primeiramente, pelos escravos. A já mencionada Lei Euzébio de Queirós não alterou a relação de produção das fazendas já existentes no Vale do Paraíba, mas foi decisiva para a forma encontrada pela cafeicultura paulista. Esta será baseada na contratação de trabalhadores livres, em grande parte estrangeiros.

A forma de contrato variava de acordo com a região. Em São Paulo, após a limpeza do terreno e a semeadura, era permitido ao colono produzir outros gêneros entre as fileiras de café em desenvolvimento. Até a maturidade do café, o gasto do fazendeiro com o colono era

substancialmente baixo graças à subsistência do mesmo. Após um período médio de cinco anos, com o cafezal já maduro, começava um sistema baseado no pagamento de salários. A produção entre as fileiras era desencorajada visando preservar as qualidades do solo e a produtividade da planta. Roças em áreas não propícias à cultura principal eram permitidas como meio de completar a renda do colono. No decadente Vale do Paraíba, a relação de produção era substancialmente diferente. O sistema de parcerias mostrou-se dominante. Uma parte da produção, metade em geral, ficava com o trabalhador, ou meeiros, como eram conhecidos. Já o proprietário garantia as terras e as mudas e os instrumentos de trabalho eram detidos pelo próprio trabalhador (HOLLOWAY, 1978).

Os dois sistemas respondiam de formas distintas às oscilações econômicas. Quando os preços do café subiam, o sistema de colonato, baseado em salários fixos, garantia uma taxa de retorno maior ao proprietário. Por outro lado, com a queda, via seus ganhos reduzirem-se frente a imobilidade salarial. No sistema de parceria, pelo “pagamento” ser feito como parcela da produção, o ganho do trabalhador variava tanto quanto o do proprietário. Tal sistema, ao dividir os ônus e bônus com os trabalhadores, diminuía os possíveis ganhos do proprietário mas, também, reduziam-lhe os riscos de uma queda abrupta dos preços. Sendo assim, durante o período situado entre meados do século XIX e a última década deste século, marcado pela constante alta no preço do café, os agricultores paulistas viam-se numa situação extremamente vantajosa, auferindo grandes lucros frente à tradicional elite do Vale (HOLLOWAY, 1978).

A relação do trabalhador com a terra também diferia entre esses dois sistemas. O parceiro tinha uma relação mais estável com a roça, até mesmo por saber que, apesar de não ser proprietário da terra, é proprietário de parte do fruto de seu trabalho. O colono, por sua vez, tendo contratos renováveis anualmente, constantemente migrava em busca de melhores condições. As áreas fronteiriças eram mais propícias visto que a roça individual era permitida enquanto nas antigas fazendas não só eram restringidas como, muitas vezes, impossíveis devido à expansão dos cafezais à áreas antes destinadas à culturas de subsistência. Como afirma DELFIM NETTO (1959:47):

"No 'colonato', o empresário executa, de fato, o seu papel, assumindo os riscos do negócio. Trata-se de exploração tipicamente industrial, onde o empresário recebe a remuneração residual e o trabalhador recebe a paga do seu trabalho, quer a colheita ocorra bem, quer não; quer o preço do café esteja alto, quer ele esteja baixo. Na 'parceria', o empresário transforma-se no simples rendeiro (de um tipo especial), e procura repartir o trabalho de direção e planejamento e os riscos com o trabalhador rural, que assume, de fato, a categoria de empresário. Nessa qualidade, ele recebe mais se a colheita corre bem ou se os preços são bons, ou recebe menos, em caso contrário, mas não há obrigação contratual de garantia da remuneração para nenhuma das partes."

Os constantes deslocamentos dos colonos à fronteira agrícola obrigava os cafeicultores a manterem, junto com o governo, uma política de incentivo constante à imigração (HOLLOWAY, 1978). A Lei de Terras, de 1850, que restringia a posse da terra à compra de sua propriedade, impedia que colonos e escravos libertos tivessem acesso a ela e que sua condição de trabalhador, indivíduo desprovido dos meios de produção, fosse mantida. Um movimento em direção as terras não ocupadas estava fora das possibilidades e garantia que esses trabalhadores circulassem dentro dos limites da economia cafeeira (SILVA, 1976).

Os altos rendimentos dos cafeicultores, além do consumo familiar nas fazendas, destinavam-se, principalmente, à expansão extensiva do plantio e algumas melhorias técnicas. Enquanto o preço do café mantinha-se elevado e a demanda crescente, o número de pés de café cresceu substancialmente.

"A conjugação dos preços altos com essas disponibilidades de fatores de produção exerceu um impulso poderoso sobre a nossa produção, que passou de pouco mais de 6 milhões de sacas entre 1892 e 1896 para nada menos de 9,3 milhões na safra de 1896-97, ou seja, quatro anos depois, e para 11,2 milhões em 1897-98. Se tomarmos a média da produção entre as safras de 1900-01 e 1903-04, quando todo o cafezal se tornou adulto, encontraremos 12,7 milhões de sacas. A elevação dos preços havia, portanto, dobrado a produção brasileira em menos de dez anos." (DELFIM NETTO, 1959, p. 35)

A massa de lucro era ampliada pela maior quantidade produzida e vendida. Por outro lado, também visando o aumento do lucro, investimentos em novas técnicas eram realizados, diminuindo os custos frente aos preços de venda. Note que foi significativa a criação e ampliação da malha ferroviária no período. Os trilhos paulistas foram financiados pelo capital cafeeiro em parceria com o capital financeiro internacional, particularmente o inglês. Companhias ferroviárias eram constituídas e, com empréstimos externos e importação de tecnologia, a malha ferroviária da região foi criada. Grifa-se que essa malha estava totalmente subordinada aos interesses da produção e escoamento do café: o custo de transporte era seis vezes inferior ao lombo de burro (SILVA, 1978). Além disso, outro fator importante era que o mapa das ferrovias não visavam atender as populações locais, mas garantir o bom funcionamento da economia cafeeira.<sup>1</sup>

A produção cafeeira brasileira era quase que exclusivamente destinada ao mercado externo. No período de colheita, o café, uma vez produzido e ensacado, seguia em direção ao porto, notadamente o de Santos. As sucursais das casas comerciais, em sua maioria europeias

---

<sup>1</sup>Para ilustrar a expansão e a distribuição no Brasil desta importante tecnologia da produção cafeeira, ver tabela I e figura I.

e americanas, compravam o café dos cafeicultores e assumiam o transporte marítimo e a armazenagem ultramarina. Aos poucos o café era vendido para o consumo final.

É interessante notar, como bem aponta SILVA (1976), que as frações do capital presentes nesse circuito do capital cafeeiro. Para efeitos de simplificação, limitamo-nos ao capital agrário e comercial. A realização do primeiro é feita pelas casas comerciais, empresas estrangeiras, enquanto a realização do segundo se dá no comércio de varejo nos grandes centros consumidores. Os dois momentos distintos da realização do lucro, em si, possibilitam uma diferenciação do retorno dos capitais envolvidos.

O capital comercial estrangeiro, com amplo acesso ao crédito e ao mercado consumidor final, controlava um ponto nevrálgico: os armazéns. Lembremos que a produção cafeeira sofria grandes oscilações de produtividade podendo, eventualmente, ter supersafras (estas eram seguidas de outras modestas). A demanda, por outro lado, era relativamente inelástica em relação aos preços. Fácil perceber a importância da armazenagem como mecanismo anticíclico: com a tendência de queda dos preços pela grande produção, não respondida plenamente pelo aumento do consumo, parte do café era estocado sabendo-se que no ano seguinte a tendência dos preços seria de elevação frente a menor produção esperada.

O capital agrário, brasileiro, na outra ponta do processo, realizava-se com as próprias casas comerciais. Ou seja, enquanto estas contavam com o mercado mundial para a venda de sua mercadoria, os agricultores brasileiros contavam apenas com pouquíssimos compradores. Outra grande diferença está relacionada aos gastos correntes da agricultura, desde a manutenção até o pagamento de salários. Sem um sistema de créditos bem desenvolvido, os agricultores não tinham a opção de “não vender”. Em busca dos recursos, mesmo em situações desfavoráveis, como baixos preços, viam-se obrigados a vender sua mercadoria. Por outro lado, nos períodos de baixa produtividade, justamente por coincidirem com o período de grandes estoques armazenados, não conseguiam elevar os preços das suas mercadorias. Em suma, a maior parte dos riscos envolvidos, ficavam nas mãos da burguesia agrária brasileira.

### **I.3 O Ambiente Econômico precedente ao Convênio de Taubaté**

Faz-se importante destacar que a primeira década do Regime Republicano foi marcada por diversas transformações de cunho estrutural, como pela intensa disseminação do trabalho assalariado e pela inserção do país perante a economia internacional. Foi um período de instabilidade, principalmente na última década do Século XIX com alternância de políticas expansionistas e deflacionistas, onde a taxa cambial sofreu bastante oscilação. É fundamental



abordar esta instabilidade, a dependência com o capital estrangeiro e a importância do café na pauta de exportações para compreender a superprodução cafeeira de 1906 e a subsequente intervenção do Governo Paulista.

De acordo com FURTADO (2000), o fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX foi o aumento da importância relativa do setor assalariado. Tendo em vista a introdução da força de trabalho livre e assalariada nas lavouras cafeeiras, houve uma mudança qualitativa na organização econômica do país. Isto porque, ocorreu um notável impacto “monetário”, considerando que o pagamento de salários multiplicou em muitas vezes as necessidades de capital de giro na atividade agrícola, gerando elevação no grau de monetização e na demanda por moeda na economia (valendo destacar que as despesas com o trabalho na atividade agrícola tinha caráter essencialmente sazonal, por serem muito ligadas a colheita). Além disso, com a difusão do assalariamento, crescentes demandas de adiantamentos junto aos bancos foram surgindo, porém, devido ao sistema bancário pouco desenvolvido nota-se, neste período, sérios problemas no tocante à liquidez.

Durante a Primeira República, o Brasil passa ter um envolvimento crescente com a Economia Internacional. Segundo Franco, o país passa ter uma maior abertura ao mercado externo, podendo ser ilustrado com o aumento da razão Exportação/PIB de 15.4% em 1870 para 18.6% para 1900.

Além do crescimento desta relação, nota-se um expressivo valor do estoque de capital estrangeiro no Brasil e também a elevação da dívida externa federal. Tais questões envolvem o Balanço de Pagamentos do país, e por sua vez, na Balança Comercial destaca-se o elevado peso do Café na pauta de exportação, sendo este o principal durante todo período estudado.<sup>2</sup>

Na última década do século XIX, a conta capital passou a ter importância no cenário internacional, no tocante às contas externas do país, tornando-se um mecanismo onde a instabilidade da receita comercial poderia ser compensada, e que também possibilitava a manutenção de níveis de absorção maiores do que seria possível na ausência de capitais estrangeiros. Todavia, grifa-se que os movimentos na contas de capital, normalmente, geram a instabilidade macroeconômica, esta que pode ser verificada durante a fase primário-exportadora da economia brasileira.

---

<sup>2</sup> Vide Tabela II.

A trajetória da taxa de câmbio, ao longo da República Oligárquica não teve um único sentido, ou seja, não se constata ao longo de todo o período um longo processo de desvalorização ou de valorização. Ao contrário, percebe-se alternâncias na taxa de câmbio, bem como na política monetária, ora ortodoxa, ora passiva, ora francamente expansionista.<sup>3</sup> Vale mencionar que as variações no câmbio influenciavam diretamente a renda dos cafeicultores, já que estes vendiam seu produto em moeda estrangeira. A desvalorização cambial da década de 90 foi responsável por estimular a expansão cafeeira neste período, já que apesar da queda nos preços<sup>4</sup>, o câmbio enfraquecido conseguia manter o ganho dos cafeicultores.

Para FRISTCH (1990), na conhecida visão da tendência brasileira ao desequilíbrio externo, o país viveu uma extrema vulnerabilidade econômica a choques externos. Isso por conta das flutuações na oferta do café, das oscilações na demanda externa e nos fluxos de capital que acarretavam fortes impactos na economia, gerando importantes restrições à condução de política econômica. É válido pontuar que a principal fonte de receita do Governo Federal era o imposto sobre importação<sup>5</sup>, no âmbito estadual ganhava-se com os impostos sobre exportação. Percebe-se então um conflito de interesses entre as duas alçadas no que tange a cotação do câmbio brasileiro (HOLLOWAY, 1978).

Como destaque deste período de instabilidade, temos em janeiro de 1890 a Lei Bancária de Rui Barbosa, esta buscou regionalizar a emissão bancária ao criar três regiões de emissão, as quais feitas sobre um lastro constituído por títulos da dívida pública. Ao longo daquele ano, o meio circulante aumentou em 40% e este aumento acarretava em estímulo a produção cafeeira, que demandava numerários para o pagamento dos salários. Já em 1891, uma forte desvalorização cambial ocorreu e, a partir de 1892, os preços do café iniciam sua trajetória de queda. As causas dessa brusca e violenta desvalorização devem ser analisadas através da visualização de outros elementos, como por exemplo, a expansão monetária e o consequente processo inflacionário que implicaram a desvalorização da taxa de câmbio.

Entretanto, além dos elementos mencionados, outros de ordem exógena podem ser considerados. Em especial a moratória argentina, que causou a quebra da tradicional casa financeira londrina Baring Brothers. Além desse fato, que contribui para o esvaziamento da confiança do mercado financeiro em relação à América Latina, a própria política monetária não ortodoxa, levada a cabo internamente, influenciou os ânimos do capital externo. Portanto, a

---

<sup>3</sup> Vide Gráfico I.

<sup>4</sup> Vide Tabela III.

<sup>5</sup> Importância ilustrada na Tabela IV.

somatória desses fatores contribuiu para a desvalorização enfrentada em 1891, que se deu pela forte saída de recursos pela conta capital do Balanço de Pagamentos (FRANCO, 1992).

É importante grifar que a desvalorização cambial, não melhora a situação externa brasileira. A queda dos preços do café, bem como a atividade interna aquecida pela expansão monetária, agravaram os saldos da balança comercial. Despesas governamentais com a seca nordestina e com levantes anti-republicanos também auxiliaram na deterioração do quadro macroeconômico, que em 1898 ficou insustentável. Considerando a dinâmica deste momento, ocorreu uma reestruturação da dívida externa através do *Funding Loan* (GREMAUD, 1997).

Vale notar que as condicionalidades desse empréstimo são de austeridade fiscal e monetária, as quais foram seguidas pelo Ministro da Fazenda do Governo Campos Salles, Joaquim Murinho. Ocorreu neste momento uma melhoria na situação externa, entretanto, com uma recessão interna devido às políticas fiscal e monetária restritivas. A entrada de capitais e as exportações de borracha possibilitaram a valorização cambial. A possibilidade de resolução da queda da demanda interna, por sua vez, passa pela adoção de uma taxa de câmbio fixa, com a instituição da Caixa de Conversão.

## **Capítulo II. A Crise de Superprodução de 1906 e as Políticas Interventivas no Mercado Cafeeiro**

No presente capítulo serão apresentadas as principais causas da superprodução de 1906 e o contexto ideológico que propiciou medidas interventivas e que culminaram no conhecido Convenio de Taubaté. Além disso, será feita uma análise comparativa do plano original ao que realmente foi posto em prática. Devido a importância da questão cambial no âmbito cafeeiro, e por esta ter sido um dos empecilhos iniciais para a participação do Governo Federal no programa, a Caixa de Conversão será analisada separadamente. Por fim, o plano de valorização efetivo, fruto da cooperação entre o Estado de São Paulo, o Governo Federal e negociantes estrangeiros de café, descrita no Plano Sielcken, também será abordada.

### **II.1 A Superprodução de 1906 e os antecedentes a Intervenção do Governo Paulista**

As principais causas da superprodução que culminou na intervenção do Governo Paulista via o primeiro plano de intervenção nos preços do café de 1906 nos remete as características da economia cafeeira do país abordadas no capítulo anterior. Em resumo, a expansão cafeeira se deu, principalmente: (i) o comportamento dos preços em ascendência até 1895, dado o processo de massificação do consumo; (ii) contínuo fluxo imigratório com força de trabalho itinerante buscando terras mais produtivas; (iii) o desbravamento de novas terras e redução de custos decorrentes do crescimento da malha ferroviária; e, em caráter mais conjuntural, (iv) as políticas econômicas adotadas na última década do século XIX, em especial a expansão do crédito adotada com a reforma bancária de Rui Barbosa em 1890, que redundou num processo de desvalorização do mil réis que contribuiu para a superprodução à medida que manteve as receitas em moeda nacional, apesar do processo de queda dos preços do café. Soma-se a isso a excepcional condição climática durante o ano e o fato dos pés de café estarem completamente recuperados das geadas ocorridas alguns anos antes (NETTO, 1973). Além desses elementos, as reivindicações dos produtores de café no que diz respeito a imperfeição do mercado, ou seja, a alta concentração das agências de comercialização por um lado, e a estrutura quase competitiva de oferta de café de outro (HOLLOWAY, 1978).

A expansão da demanda, dado o processo de massificação do consumo e o descompasso da oferta, implicou em uma tendência de alta nos preços do café por toda a segunda metade do século (SAES, 1993). No que tange ao crescimento da lavoura cafeeira, um outro fator de estímulo atribuído à política governamental foi à descentralização republicana, no início da década de 1890. A liberdade de emitir moeda, concedida a vários bancos comerciais regionais

(1889-1891), possibilitou aos Estados (principalmente São Paulo), a adotarem uma política creditícia que vinha ao encontro da demanda dos empresários de café. A inflação de crédito, neste período, provocou um efeito estimulante à produção cafeeira, pois tornou possível o financiamento das novas lavouras e, ao mesmo tempo, implicou a desvalorização cambial, que acabava por aumentar a receita de exportação dos produtores, incentivando-os a expandir cada vez mais a produção.

Para Delfim Netto (1973), esta rápida depreciação da taxa de câmbio causada pelo grande crescimento das emissões contribuíram para a expansão cafeeira já que, inicialmente, os custos contratuais - que constituem parcela mais importante do custo de produção do café - não cresceram na mesma proporção que a desvalorização cambial, porém o rendimento residual, o lucro, expandiu-se.

A crise do café se esboçava há quase uma década, desde 1895, quando houve o início de uma sistemática queda dos preços pagos pelo produto em Nova York. Algumas tentativas de contenção dos preços foram ensaiadas, a partir de 1899 até 1906, a cada sessão legislativa, pelo menos um projeto de lei era proposto no Congresso com o objetivo de ajudar a cafeicultura. A defesa teórica de *laissez-faire*, pelos cafeicultores, não resistia ao pragmatismo econômico imediatista (HOLLOWAY, 1978).

Além da queda dos preços, o principal fator para esta crise foi a superprodução, como destaca Delfim Netto (1973: 43) no seguinte trecho:

"Os acréscimos de produção estavam, entretanto, criando um desajuste de dimensões até então desconhecidas entre oferta e procura. Os estoques mundiais em 19 de julho de cada ano, haviam passado da média de pouco mais de 5 milhões de sacas entre 1895 e 1900 para mais de 11 milhões a partir de 1902. (estes e outros valiosos dados podem ser vistos na Tabela Produção, Estoques e Preço do Café). Naquele ano começara, de fato, a tomar corpo a ideia de que o governo deveria intervir no mercado, tendo sido decretada a proibição do plantio, em São Paulo, pelo prazo de cinco anos, posteriormente renovada."

O mercado cafeeiro era, de fato, manipulado pelos grandes exportadores estrangeiros, que atuavam de forma a deprimir o máximo possível o preço deste produto no mercado nacional. No entanto, não se pode imputar a causa da crise às especulações dos comerciantes, pois a superprodução brasileira foi, sem dúvida, a sua principal causa. No início do século a produção de café era o dobro da de dez anos atrás (SAES, 1993).

Os cafeicultores, que se identificavam com as propostas liberais de comércio, encontraram uma perfeita justificativa para a atuação do Estado no mercado cafeeiro: as distorções criadas no sistema pela especulação e monopolização do comércio (TOPIK, 1987).

A regulamentação coibiria os lucros extraordinários, estabilizando os preços e produção, proporcionando uma melhor alocação dos recursos e um melhor desempenho econômico. neste momento foi criada uma demanda à regulamentação com uma fundamentação economicamente plausível. Para eles, a justificativa para a esta residia nas distorções do mercado oriundas da estrutura oligopolizada pelo lado dos comerciantes internacionais e demasiadamente atomizada pelo lado dos produtores nacionais. Essa disfunção redundava em ganhos por parte dos armazéns, de posse dos comerciantes, através de forte especulação com os preços, destacando que a especulação era possível em virtude ao largo período de entre safra. (SAES, 1993).

As pressões do setor eram exercidas principalmente por meio das associações de classe compostas por cafeicultores e comissários influentes. Inicialmente, a criação destas organizações, relacionadas às reações contrárias ao controle que exerciam as casas exportadoras e às manipulações de preços por parte dos comerciantes, acabaram se tornando um importante canal de influência sobre o processo de implementação de políticas econômicas. A Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), por exemplo, criada em 1902, foi fortalecendo sua posição de tal forma que chegou a obter o controle virtual da política cafeeira, inclusive patrocinando a valorização de 1906-8. Segundo TOPIK (1987), as propostas para a intervenção do Estado no setor foram várias: desde aquelas que planejavam limitar o mercado aos exportadores (algumas até sugeriam o monopólio nacional nas exportações por meio da criação de uma agência estatal ou privada), as que propunham a limitação da produção e incremento do consumo, por meio de marketing externo, e as que planejavam reduzir os custos de produção, principalmente dos fretes ferroviários.

A concessão de crédito rural pelo Estado era uma forma, segundo os produtores, de obter uma maior autonomia com relação aos exportadores. Mas, as poucas medidas tomadas, no período de 1892 a 1906, no sentido de criar instituições com a finalidade de prover crédito rural para os produtores, tanto no âmbito federal como estadual, não foram bem-sucedidas. Em grande parte, devido à política conservadora, dessa época, que era contrária à participação do Estado na economia, e também ao estado incipiente do mercado hipotecário brasileiro. Assim, a inadequação do sistema de crédito, que era bancado precariamente pelos comerciantes locais (os comissários), tornou-se a principal queixa dos produtores que demandavam ajuda governamental (HOLLOWAY, 1978). O crédito, por sua vez, era necessário para que os produtores estocassem o café em excesso não absorvido pelo mercado à vista, visando assim não impactar negativamente o preço do produto no curto prazo e possibilitando auferir um rendimento maior quando as condições mercadológicas deste produto melhorassem.

## **II.2 O Convênio de Taubaté**

Na visão de DELFIM NETTO (1973; 61), "se é certo que o problema cafeeiro esteve sempre em discussão, não é menos certo que foi somente a partir da realização do chamado Convênio de Taubaté que a possibilidade de intervenção foi seriamente considerada".

Em 1906, identificava-se que os preços internacionais do café estavam abaixo dos custos de produção, e em contrapartida, os preços finais pouco variavam. Isso só vinha confirmar que o oligopsônio mercantil penalizava a lavoura por meio da centralização dos estoques e do controle na distribuição do produto. As perdas acumuladas verificadas entre 1897 e 1906, tanto por meio da valorização cambial, como pela queda dos preços internacionais, ensejavam ações no sentido de salvaguardar a posição dos produtores.

Neste cenário, havia expectativa para uma safra acima de 14 milhões de sacas. Em agosto de 1905 organizou-se um encontro entre o Governo Federal e os Estados produtores para tentar resolver o problema da lavoura. No mesmo ano o Congresso Nacional autoriza o Executivo Federal a endossar uma operação de empréstimos externos para os estados que desejassem participar da valorização. Já em fevereiro de 1906, foi assinado o Convênio de Taubaté entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (HOLLOWAY, 1978).

As principais medidas do Convênio consistam: (i) fixação de um preço mínimo entre 55 e 65 francos-ouro por saca; (ii) criação de uma bolsa para regulamentação do produto; (iii) proibição de novas plantações; (iv) criação da Caixa de Conversão, para a estabilização da taxa de câmbio e (v) cobrança de uma sobre-taxa de 3 francos-ouro por saca de café exportada, que funcionaria como receita para garantir os empréstimos externos que seriam tomados para a execução do programa.

No entanto, o Estado de São Paulo encontrou problemas para conseguir financiamento externo, o Governo Federal falhou na intermediação do empréstimo, muito por conta da Casa Rothschild - principal credor brasileiro - considerar arriscado demais participar da operação valorizadora. Além disso, houve críticas do Governo Federal à proposta de criação da Caixa de Conversão feita nos termos do Convênio, tal questão estava fora da alçada de legislação dos Governos Estaduais. Para HOLLOWAY (1978), a aprovação do Convênio do Taubaté foi praticamente simbólica, já que em julho de 1906 já haviam fracassado as tentativas de conseguir um funding externo.

Finalmente em 31 de julho de 1906, o acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional (emendado com fim de permitir o seu funcionamento mesmo sem a criação da Caixa de Conversão) e a safra de 1906/07 foi vendida já dentro dos parâmetros acordados, quais sejam:

"[...] seria fixado um preço mínimo de 32\$000 por saca para o café tipo 7 (com um aumento proporcional para os tipos superiores), financiado por uma dívida externa de 15 milhões de libras esterlinas, que deveria ser paga por um imposto de 3 francos por saca de café exportado" (DELFIM NETTO, 1973: 67).

Todavia, ao se implementar o plano de valorização percebeu-se a impossibilidade de se levantar o financiamento inicial de 15 milhões de libras que seria necessário para sustentar o plano. Além disso, os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Governo Federal se desinteressaram por este acordo. Os dois Estados pelo fato de não verem muitas vantagens na adesão do programa (produziam em menor escala e também majoritariamente um café de qualidade inferior que não estava sofrendo estímulos) e o Governo Federal por envolver a questão cambial e também pela posição contrária dos Rothschilds. Coube ao Estado de São Paulo buscar os empréstimos por conta própria (DELFIM NETTO, 1973).

Segundo DELFIM NETTO (1973, p.63), o Convênio de Taubaté representou a origem do tratamento confuso de dois problemas que, apesar de interdependentes, devem ser tratados de forma diferente. O problema do café era mercadológico, afetado por superprodução causada por várias razões, mas isso não podia lhe conferir virtudes maiores do que a de todas outras mercadorias produzidas. Se o café dava a maior parcela de receita de divisas ao país, é por que ele também recebia a maior parcela dos fatores de produção. Por ser um produto, ele deveria ser tratado como tal. Para Delfim, não se pode confundir o problema cafeeiro com o cambial e procurar baixar a taxa cambial e fixá-la nesse nível para simplesmente favorecer os cafeicultores. Seria um estímulo a transferência do rendimento dos consumidores de produtos importados para os produtores de café.

Por fim, vale comentar que, na obra "Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café", HOLLOWAY (1978, p.66) faz a seguinte citação: "foi permitido ao infortunado convênio de Taubaté que tivesse uma morte digna, mas a questão da estabilização da taxa cambial ficou em aberto no Congresso". Tal ironia se pauta no fato do programa ter fracassado no termos originais, sem a adesão do Governo Federal e dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o estado paulista tomando as rédeas do processo junto ao capital comercial estrangeiro.

### **II.3 A Caixa de Conversão**



O projeto-café foi tratado de forma independente do projeto-conversão. A cláusula mais controversa do Convênio de Taubaté estabelecia a criação de Caixa de Conversão, visando a estabilidade cambial necessária para que o plano fosse posto em prática (DELFIM NETTO, 1973). Em dezembro de 1906, o então Ministro da Fazenda David Campista decreta a criação da Caixa, após a supersafra já ter sido colhida e o governo paulista ter se endividado (HOLLOWAY, 1978).

Com esta instituição, o país experimentou a primeira experiência com o sistema do padrão-ouro na República. A partir dela, era autorizada a emissão de notas com câmbio fixo plenamente conversíveis em ouro, para tal o Governo Federal detinha reservas no montante de 15 milhões de libras esterlinas (FRANCO, 1990).

A criação da Caixa de Conversão representou uma sobreposição entre as instâncias pública e privada. A demanda dos cafeicultores, expressa nos termos do Convênio, de se estabilizar a taxa de câmbio, deveria ser tratada como um assunto de interesse nacional, e portanto, deveria ser uma questão da política econômica do Governo Federal, e não uma cláusula de um acordo entre alguns estados. Configura-se, dessa forma, a cristalização de um embate político no qual, de um lado há a oligarquia cafeeira paulista, em especial aquela vinculada ao grande capital cafeeiro, de outro a coletividade das outras forças políticas (outras oligarquias regionais, classes urbanas e o próprio governo federal).

A introdução do empréstimo de 15 milhões de libras, que seria garantido pelo imposto sobre cada saca de café exportada, constituiria o lastro da estabilização cambial. A preocupação com relação à estabilidade da taxa de câmbio em um acordo que pretendia definir diretrizes que viabilizassem a valorização dos preços do café se explica pelo fato de:

a) o grande fluxo de divisas cambiais que seriam utilizadas para a compra do café excedente pressionaria uma valorização cambial;

b) o aumento dos preços do café, que deveria ser conseguido sem a queda das quantidades exportadas, atuaria como um fator da expansão da oferta interna de divisas, valorizando a taxa de câmbio; e

c) sendo a estabilização uma aspiração nacional, ao introduzi-la no acordo, fazia-se um convite para que o Governo Federal atuasse nas políticas de valorização, principalmente em virtude da necessidade de empréstimos externos.

Sendo assim, a relação que se impunha, por meio do acordo, entre estabilização cambial e valorização era, contudo, falha. Na medida em que a expansão dos meios de pagamento internos, vinculados ao lastro de divisas, fosse necessária para a compra do café excedente haveria uma pressão no sentido de desvalorização do câmbio, o que "acabaria liquidando o próprio lastro" (DELFIM NETTO, 1973).

Portanto, apesar da possibilidade da fixação de um "teto" para a taxa de câmbio, o montante limitado do lastro seria justamente o limite em que seria possível conter a queda da taxa cambial (DELFIM NETTO, 1973).

Ao longo dos anos de funcionamento da Caixa de Conversão, contudo, a situação externa era favorável ao Brasil. Havia demanda pelos produtos primários - em especial a borracha e o café - e os capitais externos estavam entrando no país. Portanto, houve contínuos saldos positivos no Balanço de Pagamentos cuja contrapartida é o acúmulo de reservas (FRANCO, 1990).

Contudo cabe ressaltar que a estabilidade cambial alcançada com a Caixa de Conversão foi conseguida, em boa medida, graças às reformas financeiras iniciadas já em 1905. A reorganização do Banco Brasil possibilitou a recuperação de um maior controle pelo estado sobre a dívida pública e o câmbio. Além de promover operações comerciais, o banco passou a ter o monopólio da comercialização dos títulos do Tesouro no mercado europeu, bem como passou a atuar no mercado de câmbio (SAES, 1986).

## **II.4 O Plano Sielcken - A Política de Valorização nas Mãos do Capital Financeiro Estrangeiro**

Primeiramente, é válido comentar que nesta seção, todos os dados e detalhes sobre o Plano Sielcken foram retirados da obra de HOLLOWAY (1978). Para este autor a valorização efetiva dos preços do café se deu por meio deste Plano, no qual o Governo Paulista, tendo o Governo Federal como avalista no decorrer da operação, obteve a cooperação do capital comercial estrangeiro (aliança entre grandes casas importadoras americanas e européias). Esta operação teve um significado ainda mais importante para a economia cafeeira do que o próprio Convênio de Taubaté, como pode ser visto na seguinte passagem:

"O efêmero acordo de Taubaté, tornou-se um rótulo conveniente, porém errado, para se identificar o esquema da valorização de 1906. Apesar do encontro de Taubaté ter desempenhado papel importante nos estágios preliminares para as negociações, um nome mais apropriado para a operação poderia ser "O Plano Sielcken". Nenhuma classificação categórica poderia de fato rotular as várias operações financeiras comerciais e fiscais que envolveram a primeira valorização do café". (HOLLOWAY, 1978: 98).

Em agosto de 1906, o Estado de São Paulo negociou um empréstimo, junto ao Brasilianische Bank fur Deutschland, no valor de 1.000.000 de libras, que seria utilizado para dar início ao programa de valorização. No entanto, esse único empréstimo não bastava para consolidar a operação. Então, o estado paulista viu na articulação de um financiamento, em parceria com o comerciante americano Herman Sielcken, sua fonte de redenção, tendo em vista que os parceiros de longa data do Brasil, os Rothschilds, se recusaram a participar da operação.

Não obstante, Herman Sielcken fosse mal visto pelos produtores brasileiros, sendo considerado como um adversário de peso nos negócios, este acabou por se mostrar o principal elo de ligação com os financistas externos, sustentadores do programa paulista. O grande comerciante americano aceitou, por sua vez, o intento de formar um consórcio de comerciantes e banqueiros estrangeiros, único capaz de reunir as condições para a intervenção no mercado de café. Os participantes foram Crossman, Sielcken, Arbuckle Bros. e Theodor Wille juntamente com três companhias localizadas em Havre, quatro firmas de Hamburgo, dois bancos londrinos e um de Hamburgo.

O consórcio estrangeiro adiantaria até 80% dos recursos para a compra do café excedente, enquanto que o Estado de São Paulo entraria com uma contrapartida de 20%. O dinheiro adiantado pelo consórcio era uma forma de empréstimo ao Estado de São Paulo, que seria remunerado a uma taxa de juros de 6% ao ano. A garantia da operação era todo o café comprado no mercado pela Wille and Co. Ademais, São Paulo pagava ainda pela armazenagem do produto nos portos europeus e americanos, bem como uma comissão de 3% paga ao consórcio, sobre as negociações realizadas no mercado.

No final de 1906, a deteriorada situação financeira do estado de São Paulo comprometia o programa. O consórcio pressionava para que o estado pagasse seus os 20% da contrapartida do adiantamento, mais os juros e as comissões devidas. Havia ainda o primeiro empréstimo, contratado junto ao banco berlinense, que vencia em agosto de 1907. O problema fora parcialmente sanado pela contratação de um novo empréstimo de 3.000.000 de libras esterlinas junto as casas financeiras J. Henry Schroeder and Co. de Londres (2.000.000 de libras) e o National City Bank of New York (1 milhão de libras). Sielcken, por sua vez, representava a J. Henry Schroeder em Londres e Theodor Wille and Co. negociou o empréstimo com National Bank de Nova York, o representando junto aos paulistas.

Os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais não participaram do esquema, dado que seus orçamentos eram pequenos em relação ao Estado de São Paulo e também pelo fato de

prevalecer o regime de parcerias nos plantios, fazia com que os produtores não sofressem, tanto quanto os paulistas, em momentos de queda de preços. Em janeiro de 1907, São Paulo firmou um acordo com Minas e Rio para que estes Estados também cobrassem a sobretaxa sobre o café exportado pelo porto do Rio de Janeiro, no entanto, os recursos não seriam revertidos para o consórcio, mas utilizados para financiar melhorias nos métodos de plantio e beneficiamento do café produzido nos dois Estados. O consórcio reafirmara, no entanto, que só compraria grãos de qualidade superior.

Em fevereiro de 1907, o Governo Federal liberou um empréstimo ao estado de São Paulo de 6.000.000\$000 de mil-réis, com o intuito de financiar a compra dos grãos de baixa qualidade, predominantes no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. As compras foram realizadas pela Wille and Co., a um câmbio de 15 pence por mil-réis; a quantidade dos recursos chegou a 375 mil libras. Era uma pequena parte, se considerado a monta de recursos do programa valorizador. No entanto, apaziguou, mesmo que de forma momentânea, os agricultores daqueles Estados.

Em outubro de 1907, a casa Rothschild liberou um empréstimo de 3.000.000 de libras ao Governo Federal, que fora repassado à São Paulo. (tem que enfatizar a mudança de posição. Queria assegurar sua importância no mercado brasileiro no contexto de disputa imperialista). Os empréstimos conseguidos em 1907 foram fundamentais para garantir as operações do estado até que os estoques começassem a ser vendidos, já o empréstimo junto ao governo federal seria pago em prestações anuais com recursos da sobretaxa, após terem sido honrados os juros do empréstimo de dezembro de 1906, junto ao J. Henry Schroeder and Co. e ao National City Bank de Nova York.

No início de 1908 o consórcio realizou pequenas compras, já que os estoques haviam chegado a 8.474.623 milhões de sacas. Pouco tempo depois foram autorizadas as primeiras vendas e estas se mantiveram até que o estoque atingisse 7 milhões de sacas.

Em fins de 1908 o problema das finanças paulista foi resolvido por meio da negociação de um vultuoso empréstimo de 15.000.000 de libras, junto a casa J. Henry Schroeder and Co (8.000.000 de libras mais 2.000.000 de libras fornecidas pelo National City Bank de Nova York) de Londres. As 5.000.000 de libras restantes foram emprestadas pela Société Générale de Paris e pelo Banque de Paris e Pays Bas. A maior parte deste recurso foi utilizado para saldar os antigos empréstimos tomados no início da valorização, inclusive o adiantamento do

consórcio Sielcken de 80%. O novo empréstimo colocou definitivamente os rumos da valorização sob os desígnios do capital comercial estrangeiro.

Como foi visto, no fim de 1908, já haviam sido vendidas 1 milhão de sacas dos estoques oficiais, as quase 7 milhões de sacas restantes, que antes eram controladas pelo Estado de São Paulo, passaram ao controle de uma comissão de 7 membros, dos quais 4 eram indicados pela J. Henry Schroeder and Co., 2 pelos bancos franceses (Société Générale e Banque de Paris e Pays Bas) e 1 pelo Estado de São Paulo. O acordo de dezembro de 1908 colocava a gestão dos estoques sob o controle total dos banqueiros do consórcio, bem como estabelecia que todos os lucros com as futuras vendas seriam utilizados para saldar o empréstimo contratado em 1908. Pelo novo acordo, de modo a garantir que o Estado sustentasse os custos com o armazenamento, seguro e gastos de manutenção dos estoques, a sobretaxa deveria ser aumentada para 5 francos-ouro. Ainda pelo acordo, o estado não poderia decretar nenhuma lei concernente ao setor cafeeiro sem permissão do comitê, bem como promoveu-se a fixação de um limite não tributado de exportações. Quando estas excedessem 9 milhões de sacas anuais, na safra de 1908/09, incidiria sobre a operação a taxa de 20% *ad valorem*, além da tarifa aduaneira normal de 9% e da sobretaxa em francos-ouro. Para a safra de 1909/10 o teto não tributado era de 9,5 milhões de sacas, para as safras seguintes o teto era de 10 milhões de sacas, até que se findasse o empréstimo.

Com isso, a situação do programa tornara-se confortável, em grande medida pela expectativa de que as próximas safras estariam abaixo da demanda, ou seja, a tendência era que com o empréstimo conseguido em 1908 e com estoques adicionais baixos, os preços finalmente se recuperariam. Neste sentido, quando os preços estivessem em um nível satisfatório, os estoques comprados em época de baixa seriam negociados, agora sob uma nova cotação. Os pagamentos seriam honrados e as fartas comissões seriam pagas às casas financeiras. O cartel cafeeiro, que era resultado de uma coalizão entre o capital cafeeiro nacional e as casas financeiro-comerciais européias e norte-americanas, demonstrando com isso o tamanho de seu poder.

As manipulações dos estoques pelo consórcio garantiram o rápido aumento dos preços a partir de 1909, sustentado-os até 1912. Segundo Holloway, as manipulações de Sielcken consistiam em formar um fluxo de comercializações fora da bolsa de Nova York, concentrando as compras em firmas associadas.

Era Herman Sielcken que, atuando como agente e representante do comitê em Nova York, encarregava-se de todas as vendas de valorização nos Estados Unidos. Apesar do mercado americano normalmente absorver 40% de toda a importação mundial do café, o comitê da valorização decidiu remeter regularmente para o mercado americano mais da metade do seu lote anual. Sielcken, periodicamente anunciava, que, quinhões de café da valorização, estavam a venda, com a condição de serem mantidas fora da bolsa de Nova York. Normalmente os licitantes vencedores acabavam sendo a ‘Crossman and Sielcken’, a ‘Arbuck Bros’, alguma firma associada ou sob o controle dessas duas grandes companhias, ou ainda um de seus empregados ou agentes. Desta maneira, o café passava da posse legal do Estado de São Paulo para as mãos dos comerciantes, que haviam participado ativamente no esquema, desde 1906.

Os negócios na bolsa de café e de mercadorias geralmente era feito a termo (warrants), ou seja, compram-se e vendem-se promessas de liberação de determinadas quantidades e qualidades de produto em uma data futura. Quando algum comprador pedia a liberação do produto, o vendedor recorria à bolsa para adquirir a quantidade prometida. No entanto, o truste Sielcken-Arbuckle negociava café fora da bolsa e mais, comprava grandes volumes do produto na bolsa e os inseria nos estoques da valorização, de modo que eles não reaparecem no mercado. Sendo assim, passou a ser cada vez mais difícil obter as quantidades de café que haviam sido vendidos a termo. Quando a procura pelo produto na bolsa excedeu a oferta, os preços começaram a subir. Assim, os leilões privados com os vencedores já conhecidos a priori (empresas do comitê de valorização e firmas controladas por ele) garantiram que grande quantidade de café deixasse de ser negociado na bolsa, esse mecanismo artificializou os preços por intermédio de uma dissimulada escassez de produto.

Como era prática comum tomar por base a cotação diária da bolsa, mesmo em transações fora dela, e também, como todas as vendas da valorização eram feitas fora deste marco, os comerciantes que estavam envolvidos no truste, abasteciam diretamente os torradores e os varejistas a preços da bolsa artificialmente inflacionados, que haviam sido ficticiamente provocados pela escassez que, eles próprios, causaram com a limitação das vendas.

Em 1912, o Procurador Geral do Departamento de Justiça americano ameaçou confiscar todo o estoque da valorização e processar Herman Sielcken por formação de truste (devido a violações na conhecida lei antitruste *Sherman Act*). A ação se frustrou em virtude da inalcançabilidade da lei contra governos estrangeiros, tendo em vista que os estoques pertenciam legalmente ao governo de São Paulo. No início de 1913, Sielcken vendeu às firmas participantes do programa as 931.000 sacas de café restantes dos estoques da valorização em

Nova York. Com isso, as operações nos Estados Unidos foram finalizadas. Ainda restavam cerca de 3 milhões de sacas na Europa, que continuaram a ser comercializadas. Essas vendas garantiram lucros suficientes para cobrir os custos com o programa de valorização e no final do ano de 1915, o Estado de São Paulo liquidou o empréstimo de 15.000.000 de libras realizado em 1908. O nível de retorno financeiro do programa, por sua vez, pode ser comprovado se levarmos em conta que o Estado Paulista ainda adquiriu dois empréstimos, um no ano de 1913 de 7.500.000 de libras e outro no ano de 1914 de 4.200.000 de libras, ambos contratados junto à J. H. Schroeder, oferecendo como garantia aos mesmos a sobretaxa de 5 francos-ouro.

### **Capítulo III – Críticas a Primeira Política de Valorização dos Preços do Café**

No primeiro capítulo foram examinadas as características fundamentais da economia cafeeira brasileira e sua tendência à superprodução. Tal tendência se concretizaria na crise mega-safra de 1906, resultando no Convênio de Taubaté e na primeira política de valorização do café, examinados na segunda parte do trabalho. Neste terceiro capítulo, pretende-se fazer um compêndio das críticas mais importantes que inclui os pioneiros da moderna historiografia econômica, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, o brasilianista Thomas Holloway e por último, mas não menos importante, Delfim Netto.

#### **III.1 Pioneiros da historiografia econômica (Caio Prado Jr. e Celso Furtado)**

As originais análises de Caio Prado Jr. e Celso Furtado sobre a formação econômica do Brasil são imprescindíveis para a compreensão do Brasil contemporâneo e estas continuam atuais. Ao lado de Roberto Simonsen e Alice Canabrava, estes autores estão entre os fundadores da moderna historiografia econômica brasileira (SZMRECSÁNYI, 2004). Em função da originalidade, importância e influência das análises, tanto na questão da economia cafeeira quanto na interpretação do desenvolvimento histórico brasileiro, as obras de Caio Prado Jr. e Celso Furtado – respectivamente, *História Econômica do Brasil* [1945] e *Formação Econômica do Brasil* [1959] – foram tomadas como representativas dentre os pioneiros da historiografia econômica brasileira. Contudo, ambos os autores não examinaram de forma específica e exclusiva o Convênio de Taubaté, porém seus efeitos sobre a economia cafeeira e, consequentemente, brasileira são analisados ao longo da narrativa.

Para Caio Prado Jr., do último quartel do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, a vida socioeconômica brasileira foi bastante impactada pelo desenvolvimento do capitalismo, pelo aumento de sua integração ao mesmo e pelo começo da atuação do imperialismo. O sentido da colonização demonstra que sempre existiu a integração entre a economia brasileira e o capitalismo, entretanto, neste período, o caráter agroexportador se acentuou com a valorização da maioria dos produtos exportáveis brasileiros, aumentando assim as contradições desse sistema.

Ainda durante a última década de 1890, a desvalorização cambial encobriu as perdas em moeda nacional, acarretando o aumento da expansão das plantações e a continuação do desequilíbrio entre oferta e demanda. Estoques invendáveis se avolumaram até a grande colheita de 1906, quando o preço do café nem cobria os custos de produção, e foi determinando o primeiro plano de valorização do produto. Na análise do autor, este plano foi fortemente



influenciado por interesses imperialistas, inclusive, sendo palco de disputa entre capitais de diversos países, que se avolumavam à época e descambariam para uma guerra aberta de grandes proporções.

Na análise de Prado Jr., a correta intervenção se fundaria no financiamento dos produtores, permitindo-lhes segurar a produção até momentos de melhora nos preços – a colheita é concentrada, assim existe uma variação anual cíclica no preço de mercado. Contudo, isto não aconteceu. A opção foi pela compra maciça de café para estocagem, retirando o produto de circulação e forçando sua valorização, encontrando somente o montante para seu financiamento em grandes bancos estrangeiros e casas comerciais internacionais. Mesmo que momentaneamente a oligarquia cafeeira tenha se beneficiado da valorização, foram os capitais internacionais que se institucionalizaram no setor mais importante da economia brasileira e auferiram a maior parte do resultado econômico: "Os interesses financeiros envolvidos na operação venciam assim a partida. E serão eles, muito mais que os produtores em cujo nome se agira, que colherão seus melhores frutos" (PRADO JR. [1945] 1998, p. 232).

Ao contrário de Caio Prado Jr., a análise de Furtado não concede grande importância para a atuação do imperialismo na economia cafeeira. Seu estudo se concentra na tendência à superprodução, nos programas de valorização e a relação entre as classes sociais e, por fim, na crise da década de 1930, que imprime uma ruptura na economia brasileira.

Ao longo de grande parte do século XIX, o café ganhou importância como produto exportável e o setor cafeeiro se consolidou como setor primordial da economia brasileira. Porém, durante a última década do século XIX, a destruição das plantações do Ceilão, um dos principais concorrentes brasileiros, o crédito farto e a descentralização republicana, que facilitava a imigração subvencionada, atuaram decisivamente para o aumento excessivo das plantações.

Segundo FURTADO (2000), ainda na década de 1890 ocorreram as primeiras crises de superprodução, porém a desvalorização cambial preservava o poder de compra dos cafeicultores em moeda nacional, mantendo a rentabilidade do setor.

Além disso, para ele, a oferta cafeeira não cresceu pela procura e sim pela disponibilidade de terras férteis e mão de obra subocupada (vantagens comparativas junto a outras nações) e principalmente pela lucratividade que o café oferecia em relação as outras atividades (falta de alternativa de investimento). Como uma economia essencialmente colonial, a expansão das plantações de café não dependiam da demanda, mas da disponibilidade de terras

e da oferta de força de trabalho – proveniente tanto da imigração como do setor de subsistência, que mantinha os salários em níveis extremamente baixos – apresentando assim a tendência à superprodução.

Do lado da demanda, o problema era sua saturação no mercado internacional. O começo do século XX foi de grande elevação da renda média nos países do centro, mas isto não se refletia no aumento do consumo do principal produto exportável brasileiro. Na literatura econômica, o café poderia ser caracterizado como um bem de demanda inelástica. Segundo Furtado, “existia, portanto, uma situação perfeitamente caracterizada de desequilíbrio estrutural entre oferta e procura.” (FURTADO [1959] 2000; 257).

Muito em função da pressão das classes médias urbanas, principalmente de militares e funcionários públicos, e da situação das contas públicas, estava dificultada a utilização do expediente da desvalorização cambial para salvaguardar os interesses dos cafeicultores. Assim, a crise de superprodução de 1906 teria que ser enfrentada de outra forma. Devido a situação semi-monopolista, os produtores perceberam sua posição única e privilegiada dentre os produtores de produtos primários e, no Convênio de Taubaté, propuseram uma política de valorização do preço.

A política do plano de valorização consistiria na retirada maciça de café do mercado, teria financiamento com capitais estrangeiros e seria pago com um imposto sobre o café futuramente exportado. Ademais, previa a criação de um segundo imposto sobre os novos pés de café com o objetivo de desincentivar novas plantações e, conseqüentemente, evitar o aumento da oferta. O sucesso do plano teve uma importante consequência: "o êxito financeiro da experiência veio consolidar a vitória dos cafeicultores, que reforçaram o seu poder e por mais de um quarto de século – isto é, até 1930 – lograram submeter o governo central aos objetivos de sua política econômica". (FURTADO [1959] 2000: 190).

Entretanto, mesmo que bem concebido, o plano de valorização continha um erro fundamental e, por isso, somente postergava o problema. O erro se apresentava na manutenção dos preços em níveis razoavelmente elevados – esse nível deveria ser bem calculado para não incentivar a entrada de novos concorrentes e se perder a situação semi-monopolista – que acabava também por manter a rentabilidade do setor. Dessa forma, como o setor cafeeiro apresentava a maior taxa de rentabilidade da economia, a tendência era que o excedente produzido fosse reinvestido nele mesmo, aprofundando o desequilíbrio.

A intervenção no mercado cafeeiro estabelecia um controle artificial da oferta, com reflexos diretos no preço de venda do produto. Tal visão foi sintetizada por Furtado no seguinte trecho:

“Mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era obvio que os negócios do café continuariam atrativos para os capitais que nele se formavam. Em outras palavras, as inversões nesse setor se manteriam em nível elevado, pressionando cada vez mais sobre a oferta. Dessa forma, a redução artificial da oferta engendrava a expansão dessa mesma oferta e criava um problema maior para o futuro.” (FURTADO [1959] 2000: 180)

Furtado chega a sugerir que se poderia ter avançado em um plano que não acarretasse uma crise na economia cafeeira e que, por meio de subsídios, criasse de maneira artificial um novo setor com maior rentabilidade. Contudo, para isso seria necessária a transferência de recursos do setor cafeicultor, fato que o autor entende como impossível devido a força política da oligarquia cafeeira.

Portanto, durante um quarto de século o programa de valorização do preço do café seguiu conservando o desequilíbrio estrutural entre demanda e oferta. Sem entrar em detalhes, para Furtado, a crise cíclica do capitalismo de 1929 desencadeou a crise do setor agroexportador brasileiro. A taxa de rentabilidade neste setor foi reduzida e outros setores passaram a concentrar os investimentos, principalmente os setores industriais voltados para o mercado interno, resultando no deslocamento do eixo dinâmico da economia brasileira.

Fica evidente, portanto, que apesar de demonstrada a existência de falha de mercado, devido à concorrência predatória exercida pelo poder de mercado dos comerciantes estrangeiros, a regulamentação apresentada no setor cafeeiro não surge para eliminar as ineficiências engendradas por elas. Nas palavras de FURTADO (2000: 188). "Ao comprovar-se a primeira crise de superprodução, nos anos iniciais deste século, os empresários brasileiros logo perceberam que se encontravam em situação privilegiada, entre os produtores de artigos primários, para defender-se contra a baixa de preços."

A política de defesa da rentabilidade do setor cafeeiro resultou em elevados preços no mercado internacional, que se traduziu em elevadas taxas de lucratividade para os produtores. Como se sabe, as altas lucratividades, com a redução artificial da oferta, incentivam ainda mais a expansão da produção, acentuando a tendência de desequilíbrio estrutural entre a oferta e demanda. A crise de superprodução observada no início da década de 30 não deixa dúvidas quanto a este argumento.

Desta forma, embora existam fundamentos favoráveis a uma política de regulamentação do Estado no mercado cafeeiro, de forma a corrigir ou eliminar as falhas de mercado, na

verdade, a intervenção criou uma situação privilegiada - preços de monopólio - para os produtores nacionais, que se tornou factível dada a hegemonia política e econômica do setor.

### **III.2 Brazilianista (Thomas Holloway)**

O estudioso estrangeiro de temas brasileiros, Thomas H. Holloway, muito agregou a este trabalho monográfico. A leitura de toda sua obra *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café* (1978) propiciou ricos detalhes sobre o processo e apresentou, ao fim, uma ótima análise crítica sobre os ganhos e perdas envolvidos no primeiro plano de valorização dos preços do café. Tal avaliação será exposta nesta seção, após uma rápida explanação dos principais problemas, segundo este autor, da cultura cafeeira brasileira durante a República Oligárquica.

Para HOLLOWAY (1978), a forma como a produção do café se expandiu, no século XIX, gerou condições excepcionais não só às crises como às especulações dos grandes comerciantes exportadores deste produto. Caso a fraqueza do sistema financeiro e comercial vigentes fosse superada, mesmo com todos os estímulos a superprodução, a consequente intervenção não teria sido necessária. Tal ideia fica clara na seguinte passagem:

"Em 1890, a cultura do café em São Paulo era uma atividade econômica crescente e importante, necessitando de um sistema bancário de financiamento e de créditos a longo prazo, que os comissários, como intermediários, não tinham condições de oferecer. Relacionado ainda a esta falta de crédito a longo prazo havia uma falta generalizada, tanto em Santos, quanto nas áreas produtoras, de facilidades de armazenamento. Sob essas circunstâncias, tornava-se fácil às firmas estrangeiras que controlavam o comércio exportador de Santos, e aos especuladores dos países consumidores, tirarem vantagem deste tipo de mercado, onde a abundância e a escassez acompanhavam o ciclo de produção".(HOLLOWAY, 1978: 94)

Os produtores de café ficavam à mercê dos agentes que controlavam o comércio internacional deste produto. Valendo destacar que o controle do mercado exportador de café era predominantemente estrangeiro e bastante concentrado. Apesar do grande número de participantes deste, mais de uma centena, as 10 maiores firmas exportadoras respondiam por mais de 60% de todo o comércio, durante a virada deste século. Na primeira década do século XX, as exportações destas empresas chegaram a representar mais de 80 e somente uma companhia, a Theodor Wille & Co. de Hamburgo, controlava quase 20% de toda a exportação (HOLLOWAY, 1978: 51). Além do poder de mercado, os grandes comerciantes, por possuírem armazéns, se aproveitavam dos ciclos bianuais dos cafezais estocando o produto em safras excepcionais, a preços compensadores, pois os produtores necessitavam vender a sua colheita para cobrir os custos elevados da produção e colheita. No ano seguinte, sendo menor a

produção, o comerciante se valia de seu estoque e o comercializava a um preço bem superior àquele que havia adquirido.

Outro problema levantado pelos produtores era em relação ao controle que os compradores exerciam sobre a classificação do café. Os membros da bolsa de Nova York estabeleciam os critérios de graduação qualitativa para o café brasileiro e não havia nenhuma fiscalização e informação sobre esta classificação no mercado nacional. O produtor não tinha qualquer garantia de que os critérios de graduação permaneceriam os mesmos, o que poderia significar enormes prejuízos de uma safra para outra.

Na virada do século XIX, surgiu entre os produtores e comerciantes locais o receio do poder de mercado destes grandes negociantes internacionais e evocaram a necessidade de uma intervenção estatal para defesa do produtor brasileiro. Tal medida, analisada no decorrer deste trabalho, gerou benefícios para os envolvidos, porém cada um foi impactado de forma diferente.

Os banqueiros e comerciantes europeus e norte-americanos que participaram da operação de valorização, sem dúvida, obtiveram êxito, sendo eles os que mais ganharam com todo o processo (ótimos retornos com riscos muito baixos). Os bancos e as casas comerciais que emprestaram capital durante a fase de compras, praticamente não arriscavam nada nas operações de crédito. Qualquer empréstimo era garantido adiantadamente e, o estoque de café era a garantia mais segura, devido à facilidade de venda e por ser um bem segurável. Além disso, a sobretaxa, o arrendamento das estradas de ferro e a reputação do Governo Federal também reduziram consideravelmente o risco do crédito e vale destacar também que o Governo Paulista fazia os devidos pagamento dos juros e saldava, todas as grandes dívidas, antes da data de vencimento. Para eles, esta operação foi muito bem desenhada e lucrativa.

Para os cafeicultores brasileiros, num ponto de vista imediatista, a valorização foi um sucesso. Isto porque a manutenção do nível de preços foi uma conquista em relação ao tamanho da safra de 1906/1907 e, posteriormente, também lucraram com os aumentos artificialmente provocados de 1910-1912. Estes produtores tiveram que, no curto prazo, pagar por sua salvação temporária para auferir ganhos depois. As sobretaxas pagas foram um valor relativamente pequeno, tendo em vista uma proteção de uma queda maior ainda nos preços (sem a valorização, os preços poderiam ter caído mais do que os 3 ou 5 francos pagos por saca de café).

Segundo a perspectiva do governo paulista, a valorização foi um sucesso parcial. De forma contraditória, a falta de capital forçou o Estado a depender dos mesmos comerciantes e

banqueiros contra os quais queria se defender. Para HOLLOWAY (1978, p. 96), "ironicamente o plano teve amplo sucesso graças ao fato de, preocupados com seus próprios interesses, os banqueiros e comerciantes europeus e norte-americanos tudo fizeram para garantir o sucesso das intenções do governo paulista". No fim das contas, os objetivos econômicos do Estado foram cumpridos, tendo em vista o papel de representante dos interesses da indústria cafeeira. No entanto, é válido destacar que o governo paulista, politicamente, perdeu poderes em relação aos capitalistas estrangeiros, mas aumentou seu poder e autonomia federal na esfera nacional e também na política interestadual do país.

No âmbito dos consumidores, nos parece mais provável que estes arcaram com a maior parte dos custos da operação. Os altos preços no atacado entre 1910 e 1912<sup>6</sup> foram passados adiante para a ponta final do mercado, devido à relativa inelasticidade da demanda (HOLLOWAY, 1978: 99).

O primeiro programa de valorização dos preços do café, para Holloway, foi bem sucedido. No entanto, permitiu que os problemas fundamentais (relações comerciais arcaicas e métodos ineficientes de produção) continuassem existindo. Além disso, a manutenção de preços compensadores e a limitação temporária de novos plantios nas lavouras brasileiras acabou por estimular a indústria cafeeira em outras áreas do mundo.

Por fim, como legado ideológico deste importante acontecimento na economia brasileira, antes de 1906 a questão fundamental era se o Estado deveria ou não intervir nas forças livres de mercado. Após, o problema era encontrar o mecanismo mais apropriado para uma ação estatal.

### **III.3 Delfim Netto**

O economista brasileiro Antônio Delfim Netto é o quarto e último crítico das medidas de intervenção estatal no mercado cafeeiro brasileiro a ser estudado de forma mais minuciosa neste trabalho. Tal autor deixou uma contribuição muito importante para os interessados neste mercado, a sua tese de doutorado, que aborda as relações entre o mercado cafeeiro e a evolução da economia brasileira, que foi republicada pela Editora UNESP no livro *O problema do café no Brasil*, demonstrou-se de suma importância para a confecção desta monografia.

Nesta obra, Delfim nos proporciona uma extensa análise da cultura cafeeira, com destaque para os ciclos naturais deste produto, seus impactos nas estruturas mercadológicas,

---

<sup>6</sup> Vide Tabela III.

com ênfase nas variações de preço e do câmbio. Nesta seção, devido ao enfoque crítico, utilizou-se principalmente as ideias levantadas na *Apreciação Crítica da Valorização*, presente no capítulo que aborda a Defesa Episódica no mercado do café.

Entretanto, antes de entrar na valoração dos ganhos e perdas, é interessante abordar uma específica característica do mercado cafeeiro apresentada por Delfim. Para ele, os mecanismos de auto-regulação do café no século XIX, tendiam a provocar oscilações ampliadas e crescentes, de médio e longo prazo, caracterizando um mercado dinamicamente instável. Os preços flutuavam amplamente e os períodos de depressão eram mais longos do que os de prosperidade, oscilando assim, as receitas de divisas dos países produtores e também seu desenvolvimento econômico. As intervenções no mercado para sustentação de preços poderiam até vigorar por um certo tempo, porém, sem o controle efetivo dos preços e do câmbio, esta situação não se manteria por prazos mais longos.

A seguir, é feita uma sucinta avaliação da eficácia do programa de valorização para os diversos agentes envolvidos no esquema segundo este autor.

Para Delfim Netto, do ponto de vista contábil, a operação pode ser avaliada da seguinte forma: observando-se as operações contábeis tem-se que a valorização teve um sucesso inegável, já que o Estado saldou todas as obrigações com seus credores em 1914, com um estoque de 3,1 milhões de sacas de café. Para os comerciantes, além das comissões e juros pagos pelas operações, estes ainda se beneficiaram com o aumento de preços. Já os banqueiros, receberam em média 9% de juros pelo capital emprestado. Observando-se o programa do ponto de vista da melhoria da situação financeira dos produtores e sua remuneração em moeda nacional, temos o que se segue: em 1906, quando o programa começou, o preço médio da saca era de 30\$000 mil réis, enquanto que as divisas de exportação no mesmo ano foram de 25.000.000 de libras. Em 1912, pico de preços após o programa, a saca chegou a 70\$000 mil réis, gerando um saldo de divisas da ordem de 45.000.000 de libras. Ressaltados esses fatos, temos que a operação logrou êxitos ao defender o preço em moeda nacional, elevando-o à níveis anteriores à 1903.

No entanto, de acordo com o autor, julgada em função do seu próprio objetivo, a operação obteve bom êxito ponderável, já que estabilizou os preços do café em mil-réis em patamares semelhantes aos que vigoravam em 1903, mesmo em circunstâncias muito mais graves do que as que existiram naquele ano. Vale comentar que, não só por "sucesso" do plano, os fatores reais pressionavam os preços do café para cima (dentre eles, a proibição de novas

plantações, o desgaste natural das plantas depois de períodos de superprodução e as características cíclicas do produto). Além disso, as condições econômicas que o mundo vivia permitiram *boom* de crescimento de 1909 a 1912, que obviamente estimulou a demanda em todos os seus aspectos.

Do ponto de vista negativo, Delfim afirma que a manutenção dos estoques no exterior era problemática. Por razões de cunho político, como por exemplo, a investigação no mercado americano do "Truste do Café" em 1911, e também de cunho comercial, já que as elevadas despesas de manutenção são efetuadas em moeda estrangeira e também por gerar uma ameaça iminente de venda do estoque (a qual aumentava a volatilidade dos preços). Ainda dentro da questão comercial, estoques no exterior, diante dos olhos dos compradores e distante de uma fiscalização brasileira, tendiam a depreciar os preços pagos aos produtores.

Cabe destacar que a sobretaxa em francos continuou a ser praticada mesmo depois do fim do plano de 1906, o que, provavelmente, diminuiu a vantagem auferida pelos produtores com aumento dos preços. Não se sabe precisar qual das partes arcava com o ônus da imposição da sobretaxa, se o cafeicultor ou o consumidor. A permanência deste imposto nos permite inferir que, no caso do café, onde o Brasil tinha poder de mercado na produção, parte significativa do imposto seria paga pelo consumidor, via aumento de preços. Se não fosse desta maneira, rapidamente os cafeicultores se mobilizariam para derrubar a cobrança.

Por último, o próprio sucesso do programa ensejou a transformação de uma política discricionária em política permanente. Por consequência, foi o próprio êxito da valorização que minou a preponderância brasileira na produção mundial de café no longo prazo, já que criou condições para a entrada de novos concorrentes em outras partes do globo.



## Conclusão

Chegando a parte final deste trabalho, buscamos sintetizar as contradições vistas nas primeiras intervenções realizadas no mercado cafeeiro, a dependência com o capital financeiro estrangeiro e os reflexos deste processo na economia brasileira. Por outro lado, é nesse espaço que sentimos mais conforto em arriscar um pouco mais. Seguindo esse espírito, responder as questões levantadas na introdução é uma linha interessante, estas a saber: (i) quais foram as consequências do plano de valorização e (ii) quem foram seus principais beneficiados de acordo com cada autor. De início, é importante frisar que todos estes estudiosos do tema tocam, com mais ou menos intensidade, na maioria dos pontos tratados. Porém, é mister reconhecer que a ênfase adotada sobre algum tópico é uma pista da visão de mundo do autor.

Estes convergem ao afirmar o sucesso do plano em relação ao seu objetivo inicial: manter os preços do café regulando a oferta.

Delfim Netto explicita o sucesso contábil da operação, aonde quase todos envolvidos ganharam com ela, sendo os consumidores finais do produto os impactados negativamente. Porém, de forma mais ampla, esta gerou um êxito ponderável. Os preços do café também oscilavam devido a variações de fatores reais, e a conjuntura do momento subsequente à intervenção propiciou uma elevação de preços.

Na visão de Holloway, por sua vez, o sucesso do plano é relativo a cada agente envolvido. Ele deixa claro que o principal beneficiado foi o capital financeiro internacional. Já os cafeicultores, em menor escala, também foram beneficiados graças à manutenção dos seus rendimentos e o Estado de São Paulo fica numa posição dúbia, tendo em vista a sustentação da receita do seu principal setor, porém, com perda da autonomia e soberania frente aos bancos e casas comerciais estrangeiras. O setor prejudicado, e que no fundo sustentou a política de valorização, seria o consumidor final que teve parte da sua renda transferida via elevação artificial de preços e uma demanda inelástica.

O "pioneiro" Caio Prado faz uma crítica mais dura ao afirmar que a política de valorização aprofundou a subordinação da economia brasileira ao capital externo. A forma como ela foi conduzida serviu para aumentar a dependência frente ao capital financeiro e comercial estrangeiro e propiciar o agravamento da vulnerabilidade brasileira no âmbito internacional.

Já para Celso Furtado, igualmente crítico, o enfoque é outro. A política de valorização é reconhecida como uma tentativa de manter um padrão de acumulação que já dava claros sinais de seu esgotamento. Nesse sentido, as políticas adotadas ajudaram a preservar a ordem vigente e retardaram as profundas mudanças que viriam a ocorrer algumas décadas adiante.

A nosso ver, em linha com o entendimento de PERISSINOTTO (1994), a análise do esquema valorizador não pode se basear apenas o histórico dos preços do café após 1906. Constatar sua ascensão e concluir a partir disso que houve uma vitória da lavoura sobre o capital mercantil é totalmente errôneo. Não basta dizer que a valorização garantiu aos cafeicultores uma boa margem de lucros. Mais do que isso, é preciso analisar o esquema valorizador globalmente para perceber que nele as principais reivindicações do setor cafeeiro não foram atendidas. Pelo contrário, aos produtores de café coube uma posição completamente subordinada no esquema, no qual os grandes lucros de fato ficaram com os exportadores. Estes, por deter o controle e a retenção dos estoques, conseguiram adotar uma visão altista nos preços de venda aos consumidores e baixista na compra do produto dos cafeicultores.

Os estrangeiros que cooperaram com as medidas de intervenção implementadas após o Convênio de Taubaté mostraram não ser nem unidos nem conspiradores, na verdade, cada ator procurava beneficiar-se ao máximo com lucros imediatos. Europeus e norte-americanos emprestaram recursos ao Brasil, em uma operação lucrativa e com riscos baixos, que o permitiu enfraquecer as posições dos estrangeiros no mercado cafeeiro internacional (TOPIK, 1987). Fazendo uma releitura, o capital financeiro internacional - representado por agentes provenientes de países que pregavam a doutrina liberal - ajudou um país a adotar práticas intervencionistas. Nos parece contraditório, no entanto, no capitalismo a busca por retornos altos e imediatos acaba por deixar prevalecer o caráter individualista, deixando de lado muitas vezes o pragmatismo teórico.

Por fim, a valorização de 1906 nos traz uma ruptura no pensamento liberal preponderante durante toda a República Oligárquica, ajudando a escrever as primeiras páginas da história do intervencionismo econômico brasileiro. Sendo de fundamental importância para a economia brasileira da época e gerou contradições que transformariam as relações políticas, econômicas e sociais no curso da história do Brasil.

## Referências Bibliográficas:

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A Ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- BACHA, E. GREENHILL, R. *150 anos de café*. Ed. Marcelino Martins & E. Johnston, 1992.
- BRASIL. DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. *Anuário estatístico do café*. Rio de Janeiro, 1977.
- CANO, Wilson. *Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras*. In: XII Encontro Nacional de Economia. *Anais*, v. 1. São Paulo, 1984. p. 461-80.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.
- CASTRO, Antonio Barros de. *7 Ensaaios sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1971.
- COUTINHO, C. N. *A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Jr.* In: *Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2. ed. verif. e ampl., (1990) 2000.
- DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: FEA-USP, 1973.
- FRANCO, Gustavo H. B. *A Primeira Década Republicana*; In ABREU, M.P. (Org). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- FRITSCH, Winston. *Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930*; In ABREU, M.P. (Org). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Publifolha, 2000.
- GREMAUD, Amaury Patrick. *A política econômica na passagem do século XIX para o XX: a controvérsia em torno da questão monetária*. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferencia Internacional de Historia de Empresas*. Setembro 2003.
- GREMAUD, Amaury Patrick. *Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e Primeira República (1850-1930)*. Tese de Doutorado – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1997.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MALTA, Maria Mello de (org.) *Ecos do Desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA e Centro Celso Furtado, 2011.

- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis – Uma reflexão em busca da auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PEREIRA, Felipe Massari. *A valorização de 1906 e o Convênio de Taubaté*. Monografia – Departamento de Economia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- PERISSINOTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Comércio exterior e desenvolvimento brasileiro no século XIX*. In: XIX Encontro Nacional de Economia. *Anais*, v. 1. Curitiba, 1991. P. 363-86.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República*. In: *Estudos Avançados*. Vol. 3, n. 4, 1989, p. 20-39. São Paulo, IEA-USP.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A Racionalidade Econômica da Regulamentação no Mercado Brasileiro de Café*. Tese de Doutorado – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista: 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SILVA, Sérgio S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo; Brasiliense, 1989.
- TAUNAY, A. E. *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro; Departamento Nacional do Café, 1946.
- TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- VERSIANI, Flávio R. e BARROS, José R. M. de (orgs.) *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1978.
- VILLELA, Annibal V. e SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

## ANEXOS

**Tabela I e Figura I - Brasil: Evolução das Ferrovias, 1854-1914**

Períodos	Extensão da Rede ao Final do Período (kms)	Acrescentado Durante o Período (kms)	Média Anual Acrescentada (kms)
1854-1872	932.2	932.2	49.1
1873-1888	9,320.9	8,388.7	524.2
1889-1907	17,605.2	8,284.3	436.0
1908-1914	26,062.3	8,437.1	1,208.1

Fonte: IBGE, AEB, (1939/40), p. 1336 (dados até 1939); *Brasil em Números*, (1960), p. 61 (1939 em diante).



**FIGURE 1**  
**RAILROADS IN BRAZIL, CA. 1909**

Source: "Carta da Viação Ferrea do Brazil Organizada por Ordem do Exmo. Snr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Viação e Obras Publicas, [Rio de Janeiro], 1910."

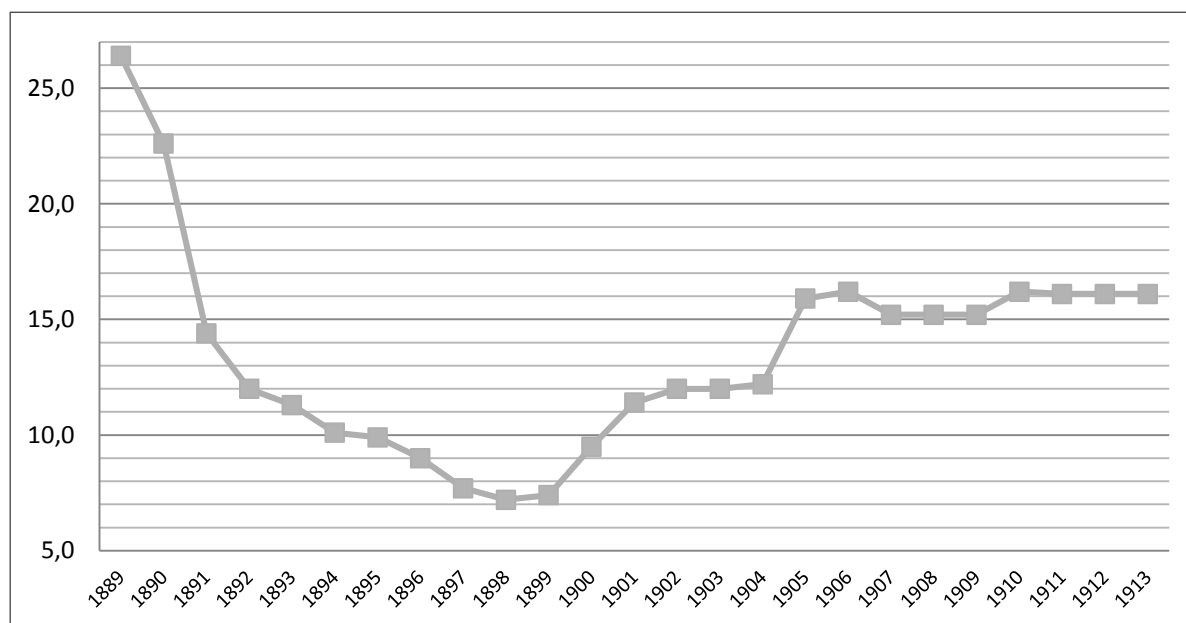
Fonte: SUMMERHILL, William R. *Big social savings in a small laggard economy: Railroad-led growth in Brasil*. *The Journal of Economic History*, vol. 65, nº 1, march 2005, p. 75

**Tabela II - Brasil: Principais Produtos de Exportação (1821-1913)**

Participação em % na Receita de Exportações							
Datas	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e peles	Outros	Total
1821-1830	<b>18.4</b>	30.1	20.6	0.1	13.6	17.2	100.0
1831-1840	<b>43.8</b>	24.0	10.8	0.3	7.9	13.2	100.0
1841-1850	<b>41.4</b>	26.7	7.5	0.4	8.5	15.5	100.0
1851-1860	<b>48.8</b>	21.2	6.2	2.3	7.2	14.3	100.0
1861-1870	<b>45.5</b>	12.3	18.3	3.1	6.0	14.8	100.0
1871-1880	<b>56.6</b>	11.8	9.5	5.5	5.6	11.0	100.0
1881-1890	<b>61.5</b>	9.9	4.2	8.0	3.2	13.2	100.0
1891-1900	<b>64.5</b>	6.0	2.7	15.0	2.4	9.4	100.0
1901-1910	<b>52.7</b>	1.9	2.1	25.7	4.2	13.4	100.0
1911-1913	<b>61.7</b>	0.3	2.1	20.0	4.2	11.7	100.0

Fontes: H Schlittler Silva, "Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX", Revista de História da Economia Brasileira, São Paulo, Ano I, nº 1, junho 1953. A. Villanova Vilela e W. Suzigan, Política do governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945, IPEA/INPES, Rio, 1973.

**Gráfico I - Brasil: Taxa de câmbio (1821-1913)**



Nota: As taxas são as médias anuais na praça do Rio de Janeiro, cotadas em pence por mil-réis

Fonte: IBGE (1940), p. 1354.

**Tabela III – Brasil: Produção, Estoques e Preço do Café: 1989-1913**

<b>Ano</b>	<b>Produção em São Paulo</b>	<b>Produção no Brasil</b>	<b>Produção no Mundo</b>	<b>Estoques "visíveis"</b>	<b>Estoques no Mundo</b>	<b>Preço no Brasil</b>	<b>Preço em Nova Iorque</b>
1889	1.87	4.4	8.42	2.43	2.43	6.65	16
1890	2.91	5.52	9.28	1.9	1.9	8.15	19
1891	3.65	7.69	11.94	2.99	2.99	10.1	20
1892	3.21	6.53	11.27	3.16	3.16	12.2	14
1893	1.72	5.04	9.4	2.16	2.16	15.8	16.4
1894	3.96	7.23	11.76	3.06	3.06	14.7	14.7
1895	3.09	6	10.39	2.49	2.49	14.2	16.6
1896	5.1	9.31	13.91	3.98	3.98	10.7	11.1
1897	6.16	11.21	16.05	5.44	5.44	8.55	7.5
1898	5.58	9.32	13.72	6.18	6.18	7.3	6.5
1899	5.7	9.42	13.8	5.73	5.73	7.8	6.7
1900	7.97	11.28	15.07	6.83	6.83	5.85	6.4
1901	10.16	16.14	19.79	11.3	11.3	4.65	6.4
1902	8.35	12.94	16.66	11.87	11.87	4.2	6.6
1903	6.39	11.1	15.99	12.28	12.28	4.9	7
1904	7,043	10.52	14.44	11.22	11.22	5.15	8.1
1905	6.98	10.84	14.79	9.7	9.7	4.25	8.6
1906	15.39	20.19	23.78	16.38	16.38	n.d.	7.9
1907	7.2	11	14.86	14.13	14.13	3.45	7.6
1908	9.53	12.91	16.91	12.82	12.82	3.4	8.34
1909	12.12	15.32	19.12	13.73	13.73	3.8	8.8
1910	8.46	10.85	14.52	11.08	11.08	5.85	10.4
1911	10.58	13.04	17.37	11	11	7.55	14.18
1912	9.47	12.13	17.05	10.29	10.29	6.9	16
1913	11.07	14.47	20.26	11.32	11.32	5	13.17

Nota: Os volumes de produção e estoque estão cotados em sacas. O preço no Brasil é cotado em mil-réis por dez Kg, e em Nova Iorque em centavos por libra.

Fontes: W.Fritsch (1988), pp. 101-103, BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A dependência em progresso. Fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954). Campinas: Unicamp - IE, 2001 (Tese de Doutorado).

**Tabela IV – Principais receitas arrecadadas pela União - 1908-1914**

Anos	Importação		Consumo		Imposto sobre circulação		Rendas Industriais	
	Contos de réis	%	Contos de réis	%	Contos de réis	%	Contos de réis	%
1908	237,086	53.7	44,591	10.1	19,802	4.5	48,822	11.1
1909	233,084	51.8	45,744	10.2	20,118	4.5	52,188	11.6
1910	288,747	55.0	54,628	10.4	21,706	4.1	49,587	9.4
1911	317,666	56.4	59,769	10.6	25,385	4.5	54,815	9.7
1912	348,242	56.6	62,645	10.2	27,420	4.5	61,640	10.0
1913	344,327	52.6	65,143	10.0	28,584	4.4	73,462	11.2
1914	195,115	46.1	52,223	12.3	24,181	5.7	66,482	15.7

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939/1940.